

JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A PARTICIPAÇÕES – CIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Neste relatório são apresentadas as informações na forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 55,6% do capital social da Real Empreendimentos S.A..

Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o **Arroz Tio João**, o **Arroz Tio Mingote**, **Arroz Meu Biju** e **Feijão Meu Biju**. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas **Cozinha Fácil Tio João** e **Cozinha e Sabor**, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca **SupraSoy**. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca **Nova Oliva**. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas **Supremo** e **Organo Mineral NPK1**.

Contexto operacional e econômico

O ano de 2021 foi marcado pela maturação da Pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo e pela retomada e reorganização dos mercados globais. O mundo de uma forma geral enfrentou – e segue enfrentando - uma persistente inflação sistêmica que atinge os mercados em cascata, e também sofreu com o aumento de custos logísticos internacionais frente à desorganização do fluxo e disponibilidade de contêineres em cada porto do globo. Em decorrência disso, um ajuste contínuo entre taxas de juros e políticas econômicas particulares a cada país afetam e impactam a competitividade de empresas em todos os segmentos de mercado, bem como as taxas de câmbio influenciadas pelos fluxos de capital. Esse cenário de pressão inflacionária e aumentos recorrentes na taxa de juros comprime a renda da população e provoca um aumento de competitividade entre produtos nos mercados em que a Companhia opera majoritariamente suas atividades, influenciando diretamente suas margens.

Mercado orizícola

A safra do arroz em 2020/2021 apresentou uma produção de 11,7 milhões de toneladas, safra superavitária em 0,6 milhões de toneladas quando comparada à de 2019/2020. A produtividade média no Brasil foi 4,3% maior, de 7.003Kg/ha contra 6.713kg/ha. O aumento da oferta de arroz na safra e a queda nas exportações - influenciadas pela perda de competitividade logística - recompôs os níveis de estoques de passagem, invertendo a trajetória crescente dos preços verificadas no ano anterior. O preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2021 foi de R\$ 78, ainda acima dos R\$ 71 no exercício de 2020, porém, em curva decrescente ao longo do ano.

As expectativas para a safra 2021/2022 indicam uma oferta menor que à anterior (-12%), de 10,4 milhões de toneladas, com redução de área plantada (-2,4%) e de produtividade de arroz (-10%). Mesmo com uma oferta doméstica menor de matéria prima, a evolução no nível de preços de arroz para o ano dependerá da volatilidade do dólar e de sua influência no desempenho das exportações e das importações.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2021 e 2020:

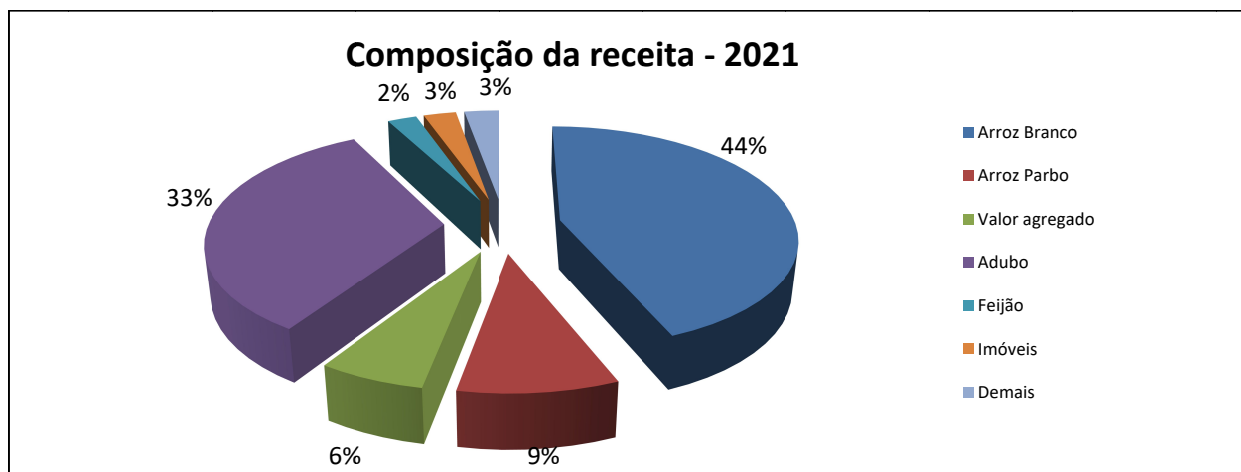
	2021 (R\$ Mil)	2020 (R\$ Mil)	Varição R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	2.152.601	1.702.542	450.059
Vendas Líquidas	2.002.742	1.564.081	438.661
Lucro Bruto	397.440	428.046	(30.606)
% LB s/VL	20%	27%	(7)p.p.
Ebitda	100.834	134.155	(33.321)
% Ebitda s/VL	5%	9%	(4)p.p.
Lucro Líquido controladores	30.744	31.829	(1.085)
% LL s/VL	1%	2%	(0.5)p.p.

Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 6,2 milhões na adequação e modernização tecnológica dos processos industriais. No exercício anterior foram investidos R\$ 25,5 milhões entre a mesma finalidade e também em aquisições de ativos estratégicos para o segmento imobiliário do grupo.

Vendas totais

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil da linha de alimentos, produtores rurais no segmento de fertilizantes e insumos agrícolas e também clientes no mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$ 2,2 bilhões no exercício.



Mercado externo

Em que pese o dólar médio de 2021 ter sido de R\$ 5,40, superior aos R\$ 5,16 de 2020, a escassez de contêineres e o aumento dos custos logísticos no mercado internacional prejudicou o desempenho da exportação de arroz com valor agregado. A Companhia exportou R\$ 156 milhões em 2021, equivalentes a 7,2% da receita total, enquanto no ano anterior o desempenho havia sido de R\$ 184 milhões (10,8% da receita) em 2020. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta

A margem bruta da Companhia foi de 20% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 397 milhões). A crescente competitividade do setor de grãos no Brasil e o aumento da participação do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 101 milhões, representando 5% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 134 milhões ou 9% das vendas líquidas.

Endividamento bancário líquido

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 535 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 27 milhões. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos a fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 96 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido

Essa conjuntura de oferta e demanda, volatilidade dos preços da matéria prima e a participação do segmento de insumos agrícolas influenciaram nas margens e na rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2021 atingiu R\$ 30,8 milhões (R\$ 2.905 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2020 foi de R\$ 31,8 milhões (R\$ 3.007 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 544 milhões contra R\$ 522 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca **Tio João**, no arroz e feijão a marca **Meu Biju**, na soja a marca **Suprasoy**, nos insumos a marca **Supremo** - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos

A Companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. Em um período pandêmico como o vivenciado, o papel do departamento de recursos humanos ganhou especial relevância, sendo o responsável pela criação e implementação do plano de prevenção e contingência à disseminação do novo coronavírus, pelo monitoramento dos casos de Covid-19 nas filiais da Companhia, bem como pelo acompanhamento e prestação assistencial aos funcionários que contraíram a doença. No exercício de 2003 a Companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$ 4.337 mil e que será distribuído durante o ano de 2022.

Relacionamento com Auditores Independentes

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa(nota 4.b)	530.889	457.780	619.572	536.041
Clientes(nota 6)	334.140	275.940	356.469	301.028
Estoques(nota 7)	272.874	257.790	304.821	290.168
Adiantamentos a fornecedores(nota 8)	156.651	126.592	156.651	126.592
Impostos a compensar(nota 9)	89.215	75.089	89.407	75.383
Outras contas	33.015	22.392	26.116	18.749
Total do ativo circulante	1.416.784	1.215.583	1.553.036	1.347.961
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	-	-	4.118	4.116
Incentivos fiscais	-	856	-	856
Coligadas(nota 14)	15.388	15.341	14.691	14.905
Créditos fiscais diferidos(nota 16.a)	34.109	28.556	34.109	28.556
Impostos a compensar(nota 9)	48.603	81.150	48.603	81.150
Total do realizável a longo prazo	98.100	125.903	101.521	129.583
Investimentos(nota 10)	227.624	221.811	325.418	326.109
Imobilizado(nota 11)	211.809	224.437	214.237	225.913
Intangível(nota 11)	2.329	2.203	2.364	2.238
Total do ativo não circulante	539.862	574.354	643.540	683.843
Total do ativo	1.956.646	1.789.937	2.196.576	2.031.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 12)	101.887	96.623	102.375	96.995
Instituições financeiras (nota 13)	484.477	547.483	484.925	547.483
Arrendamento Mercantil	675	1.258	675	1.258
Obrigações sociais e tributárias	22.245	28.380	26.493	32.327
Dividendos propostos (nota 17.e)	8.762	9.071	11.256	12.619
Credores diversos	26.137	25.656	35.422	40.142
Provisão para contingências (nota 21)	17.344	16.267	17.344	16.267
Outras contas	24.024	14.813	25.242	18.623
Total do passivo circulante	685.551	739.551	703.732	765.714
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras (nota 13)	669.492	461.585	669.492	461.585
Arrendamento Mercantil	-	167	-	167
Obrigações sociais e tributárias (notas 15 e 20)	28.770	34.858	28.770	34.858
Impostos diferidos (notas 15 e 16)	28.743	31.682	36.282	39.254
Outros débitos	475	475	34.098	32.530
Total do passivo não circulante	727.480	528.767	768.642	568.394
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social (nota 17.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 17.d)	34.850	36.083	34.850	36.083
Reserva reflexo controlada (nota 17.d)	132.437	133.006	132.437	133.006
Reserva estatutária	165.417	160.890	165.417	160.890
Reserva Legal (nota 17.b)	19.422	17.885	19.422	17.885
Subvenção para Investimentos (nota 17.c)	70.937	53.203	70.937	53.203
Patrimônio líquido dos controladores	543.615	521.619	543.615	521.619
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	180.587	176.077
Total do patrimônio líquido	543.615	521.619	724.202	697.696
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.956.646	1.789.937	2.196.576	2.031.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.940.562	1.475.467	1.996.858	1.518.342
Mercado externo	155.743	184.200	155.743	184.200
	2.096.305	1.659.667	2.152.601	1.702.542
Deduções da receita bruta	(145.514)	(135.285)	(149.859)	(138.461)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.950.791	1.524.382	2.002.742	1.564.081
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 18)	(1.603.890)	(1.135.668)	(1.605.302)	(1.136.035)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	346.901	388.714	397.440	428.046
Despesas com vendas (nota 18)	(174.274)	(174.039)	(174.274)	(174.039)
Despesas gerais e administrativas (nota 18)	(102.506)	(110.182)	(134.775)	(132.318)
Outras receitas /despesas operacionais (nota 18)	(827)	520	(373)	137
Resultado de equivalência patrimonial	8.077	8.255	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	77.371	113.268	88.018	121.826
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	83.074	75.367	88.269	79.174
Despesas financeiras	(113.107)	(107.557)	(115.523)	(108.006)
	(30.033)	(32.190)	(27.254)	(28.832)
Participação dos funcionários (nota 18)	(4.337)	(4.380)	(4.337)	(4.380)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	43.001	76.698	56.427	88.614
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 16.c)	(20.749)	(26.909)	(27.734)	(32.236)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 16.c)	8.492	(17.960)	8.492	(17.960)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	30.744	31.829	37.185	38.418
Atribuído aos acionistas controladores	30.744	31.829	30.744	31.829
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	6.441	6.589
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.744	31.829	37.185	38.418
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluído — R\$	2.905,23	3.007,77	2.905,23	3.007,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Lucro líquido do exercício	30.744	31.829
Outros componentes do resultado abrangente		
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>30.744</u>	<u>31.829</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora										
	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial		Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal	Subvenção para investimentos				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	120.000	552	37.316	133.189	154.182	16.294	37.314	-	498.847	171.435	670.282
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(1.233)	-	-	-	-	1.233	-	-	-
Reflexo de controladas	-	-	-	(183)	-	-	-	197	14	-	14
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	31.829	31.829	-	31.829
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.642	4.642
Dividendos propostos (R\$ 857,21 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(9.071)	(9.071)	-	(9.071)
Constituição de reservas	-	-	-	-	6.708	1.591	15.889	(24.188)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	120.000	552	36.083	133.006	160.890	17.885	53.203	-	521.619	176.077	697.696
Ajustes e realizações de reservas	-	-	(1.233)	-	-	-	-	1.233	-	-	-
Reflexo de controladas	-	-	-	(569)	-	-	-	583	14	-	14
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	30.744	30.744	-	30.744
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.510	4.510
Dividendos propostos (R\$ 827,99 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(8.762)	(8.762)	-	(8.762)
Constituição de reservas	-	-	-	-	4.527	1.537	17.734	(23.798)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	120.000	552	34.850	132.437	165.417	19.422	70.937	-	543.615	180.587	724.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Valores expressos em milhares de reais)

MÉTODO INDIRETO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.744	31.829	30.744	31.829
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	16.800	16.491	17.153	16.709
Venda ou baixa de ativo fixo	553	-	553	-
Equivalência patrimonial	(8.077)	(8.255)	-	-
Provisões de contingências	1.077	4.388	1.077	4.388
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.603)	199	(1.684)	199
	4.750	12.823	17.099	21.296
Variação dos ativos:				
Clientes	(52.597)	(35.772)	(53.757)	(35.125)
Estoques	(15.084)	(74.387)	(14.653)	(74.084)
Créditos com coligadas	(47)	(4.319)	214	(4.012)
Impostos a compensar	18.421	3.775	18.523	3.654
Adiantamentos a fornecedores	(30.059)	23.662	(30.059)	23.662
Outros	(13.056)	10.355	(11.375)	8.820
	(92.422)	(76.686)	(91.107)	(77.085)
Variação dos passivos:				
Fornecedores	5.264	49.868	5.380	49.725
Obrigações sociais e tributárias	(12.223)	14.182	(11.922)	15.223
Débitos com coligadas	-	(2.077)	-	(2.077)
Outros	8.290	19.506	3.870	31.426
	1.331	81.479	(2.672)	94.297
Recursos líquidos das atividades operacionais	(55.597)	49.445	(45.936)	70.337
Fluxo das atividades de investimento:				
Propriedades para investimento	-	-	-	(16.317)
Adições de imobilizado e intangível	(4.851)	(9.123)	(6.156)	(9.182)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	(4.851)	(9.123)	(6.156)	(25.499)
Fluxo das atividades de financiamentos:				
Financiamentos obtidos	884.846	606.229	885.824	606.229
Pagamentos de financiamentos	(740.695)	(509.253)	(741.225)	(509.253)
Participação de minoritários	-	-	4.510	4.642
Dividendos pagos	(10.594)	(1.523)	(13.486)	(2.596)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	133.557	95.453	135.623	99.022
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	73.109	135.775	83.531	143.860
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Saldo no início do exercício	457.780	322.005	536.041	392.181
Saldo no final do exercício	530.889	457.780	619.572	536.041
	73.109	135.775	83.531	143.860

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITAS				
Vendas de produtos, mercadorias e serviços líquidas das devoluções	2.049.141	1.617.871	2.103.709	1.659.550
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.603	(199)	1.684	(199)
Outras receitas operacionais	-	520	-	137
	2.054.744	1.618.192	2.105.393	1.659.488
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(1.361.178)	(917.049)	(1.362.605)	(917.416)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(425.557)	(393.622)	(438.551)	(402.321)
	(1.786.735)	(1.310.671)	(1.801.156)	(1.319.737)
Valor adicionado bruto	268.009	307.521	304.237	339.751
Depreciação e amortização	(16.800)	(16.491)	(17.153)	(16.709)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	251.209	291.030	287.084	323.042
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	8.077	8.255	-	-
Receitas financeiras	83.074	75.367	88.269	79.174
	91.151	83.622	88.269	79.174
Valor adicionado total a distribuir	342.360	374.652	375.353	402.216
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	103.356	99.304	114.841	109.512
Impostos e contribuições	94.980	118.246	107.651	128.579
Juros e aluguéis	118.833	113.827	121.229	114.261
Dividendos propostos	8.762	9.071	8.762	9.071
Reserva de lucros	21.982	22.758	21.982	22.758
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.441	6.589
Outros	(5.553)	11.446	(5.553)	11.446
	342.360	374.652	375.353	402.216

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais)**

JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

Potenciais efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras

a) Efeitos COVID-19 nas operações

Passado dois anos da declaração de Pandemia pela OMS e das consequentes medidas de segurança sanitária e isolamento social, a Companhia, dentre outras medidas:

- Criou comitê de crise e formulou plano de ação e contingência COVID-19;
- Afastou todos os colaboradores do chamado grupo de risco – mais de 60 anos, portadores de doenças crônicas atestadas por laudo médico, diagnóstico de câncer e imunossupressão;
- Cumpriu todas as exigências determinadas pelos decretos e portarias governamentais relacionados à pandemia, reduzindo a ocupação nos meios de transporte para 50%, adequação dos refeitórios, distanciamento, barreiras físicas, demarcação de espaços, entrega a todos os colaboradores e exigência de uso de materiais de higiene e EPI's – como álcool gel, máscaras, face shields, dentre outros;
- Deu suporte técnico e impôs a maior parte de seu time de vendas e administrativo a trabalhar através de home-office;
- Determinou a suspensão de viagens, visitas ou reuniões presenciais;
- Adotou de estratégias de escala/turnos nas indústrias de forma que fossem reduzidas sempre que possível a quantidade de colaboradores por setor;
- Implantou campanha educativa de esclarecimento e prevenção ao COVID-19 a seus colaboradores.

As principais unidades da empresa estão localizadas no sul e oeste do estado do Rio Grande do Sul, em cidades com baixo número de contágios e óbitos, quando comparados às demais cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Todas as medidas adotadas pela Companhia são ajustadas ou flexibilizadas conforme determinações das Secretarias de Saúde dos municípios onde nossas unidades se encontram.

b) Efeitos COVID-19 no mercado

Como outrora mencionado, não houve e segue inexistindo qualquer restrição operacional e logística no abastecimento das principais matérias primas da empresa.

As indústrias seguem operando com capacidade de atender a demanda por produtos essenciais como arroz e feijão, tanto no mercado interno e externo, suportadas pelos canais de logística e distribuição que do mesmo modo seguem operando dentro da normalidade.

Os principais clientes – atacados e varejos brasileiros - estão enquadrados em ramos essenciais, e em nenhum momento pararam suas operações. Como as nossas indústrias, adaptaram suas operações para atender com segurança a demanda do setor, o que mantém a regularidade no contas a receber da Companhia, se traduzindo na manutenção dos baixos índices históricos de atraso e inadimplência da empresa.

O conjunto desses fatores – cadeia de fornecimento, operações industriais, canais de venda e de distribuição, recursos humanos associados, bem como diversidade e aquecimento das operações de seus clientes no mercado interno e externo, segue proporcionando a JOSAPAR uma situação extremamente privilegiada sob o ponto de vista do giro dos estoques e carteira de clientes o que permite a total preservação das margens e da liquidez da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 16 de março de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2021 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Informações

financeiras da adoção destas normas. As principais normas que poderiam ter algum impacto na Companhia são:

a) Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não Circulante

Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

b) Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020

Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

c) Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado

Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

d) Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso

Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

e) Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual

Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

f) Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis 2 – Divulgação de políticas contábeis

Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

g) Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis

Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

h) Alteração da norma IAS 12 – Income Taxes

As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 80 dias.

- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

m) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 80 dias e a perda reconhecida foi de 0,04% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes

financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (*Impairment*).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ativos:		
Aplicações financeiras/disponibilidades	1.491	10.296
Contas a receber de clientes	35.336	24.469
	<u>36.827</u>	<u>34.765</u>
Passivos:		
Investimentos	-	(123)
Empréstimos e financiamentos	(188.372)	(63.574)
	<u>(188.372)</u>	<u>(63.697)</u>
Exposição passiva líquida	<u>(151.545)</u>	<u>(28.932)</u>

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2021 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI dez21	9,25%	a.a.		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		9,25%			9,25%	11,56%	13,88%
					CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/2021	R\$239.082	diversos	CDI	diversos	R\$299.326	R\$311.488	R\$323.917
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ -	R\$12.162	R\$24.591

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Cientes mercado interno	299.837	258.107	329.939	287.049
Cientes mercado externo	35.336	24.469	35.336	24.469
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.033)	(6.636)	(8.806)	(10.490)
Total	334.140	275.940	356.469	301.028

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Produtos acabados e semielaborados	111.864	124.088	111.864	124.088
Mercadorias para revenda	5.519	3.585	5.519	3.585
Matérias - primas	134.146	115.684	134.146	115.684
Outros	21.345	14.433	21.345	14.433
Imóveis	-	-	31.947	32.378
Total	272.874	257.790	304.821	290.168

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Adiantamento a fornecedores de arroz	126.690	114.733
Adiantamento a fornecedores diversos	29.961	11.859
Total	156.651	126.592

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO CIRCULANTE				
Crédito PIS e COFINS	62.124	57.238	62.124	57.238
Saldo negativo IRPJ e CSLL	1.822	-	2.014	294

ICMS a recuperar	8.374	5.657	8.374	5.657
REFIS (Lei 11.941)	16.895	12.194	16.895	12.194
Total	89.215	75.089	89.407	75.383
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
FINSOCIAL a recuperar	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	-	2.236	-	2.236
Exclusão ICMS da base PIS E COFINS	45.687	75.247	45.687	75.247
Outros Créditos	1.341	2.092	1.341	2.092
Total	48.603	81.150	48.603	81.150

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os registrados no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais serão realizados futuramente. O valor do REFIS, refere se parcelas pagas na modalidade da Lei.11.941/09, que em 31.12.2021, perfazem um crédito, por estar pendente de consolidação.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração da companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	55,6014	407.885	49.500	14.527	8.077
Josapar Internacional	50	100	343	279	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades p/ investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2020	221.001	320	490	221.811	324.617	1.492	326.109
Reflexo ajustes em controladas	14	23	-	37	-	1	1
Dividendos a receber	(2.301)	-	-	(2.301)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	8.077	-	-	8.077	-	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	(692)	-	(692)
Em 31 de dezembro de 2021	226.791	343	490	227.624	323.925	1.493	325.418

11. IMOBILIZADO
Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direitos de uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	25.886	102.957	2.310	295	64.871	20.095	15.662	232.076
Adições	-	-	-	14	64	8.491	72	8.641
Transferências	-	40	-	-	11.370	(12.573)	1.163	-
Depreciação	-	(2.884)	(1.066)	(52)	(9.721)	-	(2.557)	(16.280)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	257	66.584	16.013	14.340	224.437
Adições	-	-	-	-	510	3.270	631	4.411
Baixas	-	-	-	-	(522)	-	(31)	(553)
Transferências	-	75	-	(11)	7.852	(10.420)	2.504	-
Depreciação	-	(2.883)	(1.066)	(46)	(9.981)	-	(2.510)	(16.486)
Valor residual Em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	200	64.443	8.863	14.934	211.809

Consolidado

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direitos de uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	25.886	102.957	2.310	560	65.319	20.717	15.962	233.711
Adições	-	-	-	14	64	8.491	131	8.700
Transferências	-	40	-	-	11.370	(12.573)	1.163	-
Depreciação	-	(2.884)	(1.066)	(125)	(9.725)	-	(2.698)	(16.498)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	449	67.028	16.635	14.558	225.913
Adições	-	-	-	978	529	3.270	939	5.716
Baixas	-	-	-	-	(522)	-	(31)	(553)
Transferências	-	75	-	(11)	7.852	(10.420)	2.504	-
Depreciação	-	(2.883)	(1.066)	(290)	(9.984)	-	(2.616)	(16.839)
Valor residual Em 31 de dezembro de 2021	25.886	97.305	178	1.126	64.903	9.485	15.354	214.237

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	1.826	106	1.932	1.861	106	1.967
Adições	-	482	482	-	482	482
Depreciações	-	(211)	(211)	-	(211)	(211)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.826	377	2.203	1.861	377	2.238
Adições	-	440	440	-	440	440

Depreciações	-	(314)	(314)	-	(314)	(314)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.826	503	2.329	1.861	503	2.364

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2021 foi de R\$1.233, empresa e consolidado, em 2020-(R\$1.234, empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019, o direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, os valores em 31.12.2021 incluem o valor de R\$ 178, referente ao direito de uso arrendado.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Matéria Prima Arroz	37.672	37.801	37.672	37.801
Matéria Prima Insumos Agrícola	32.165	32.096	32.165	32.096
Outros	32.050	26.726	32.538	27.098
Total	101.887	96.623	102.375	96.995

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

<u>Passivo circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Moeda Interna				
Financiamentos para investimentos	6.176	7.421	6.176	7.421
Crédito Rural – recursos livres	70.081	113.030	70.081	113.030
Capital de giro	219.848	363.335	220.296	363.335
Total	296.105	483.786	296.553	483.786
Moeda estrangeira				
Financiamentos para investimentos	-	123	-	123
Capital de giro-FINIMP	188.372	63.574	188.372	63.574
Total	188.372	63.697	188.372	63.697
Total do circulante	484.477	547.483	484.925	547.483
<u>Passivo não circulante</u>				
Moeda Interna				
Financiamentos para investimentos	21.660	27.875	21.660	27.875
Crédito Rural – recursos livres	26.685	75.809	26.685	75.809
Capital de giro	621.147	357.901	621.147	357.901

Total	669.492	461.585	669.492	461.585
Total do não circulante	669.492	461.585	669.492	461.585

Vencimentos de longo prazo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	267.370	-	267.370
2023	457.987	144.996	457.987	144.996
2024	142.238	27.934	142.238	27.934
2025	38.435	18.948	38.435	18.948
2026 a 2036	30.832	2.337	30.832	2.337
Total do não circulante	669.492	461.585	669.492	461.585

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,59%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,84%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,95%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,86%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	2,70%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,95%	a.a.

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% a.a. a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação no passivo circulante equivalem a US\$ 35.222 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário. A administração da companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado
	Ativo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	3.231	10.777	-
Peroli Participações S.A.	3.622	-	4.874
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.811	-	2.811
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	2.981	-	2.981
Outros	2.288	-	3.206
Em 31 de dezembro de 2020	<u>15.341</u>	<u>10.777</u>	<u>14.905</u>
Real Empreendimentos S.A.	3.743	13.079	-
Peroli Participações S.A.	3.741	-	4.993
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	1.033
Ferragens Vianna S.A.	2.836	-	2.836
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.010	-	3.010
Outros	1.650	-	2.819
Em 31 de dezembro de 2021	<u>15.388</u>	<u>13.079</u>	<u>14.691</u>

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS – NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Parcelamentos (*)	28.770	34.858	28.770	34.858
IRPJ e CSLL diferidos (**)	28.743	31.682	36.282	39.254
Total	<u>57.513</u>	<u>66.540</u>	<u>65.052</u>	<u>74.112</u>

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 20

(**) Vide nota 16

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

 a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contribuição social diferida	10.638	8.503	10.638	8.503
Imposto de renda diferido	23.471	20.053	23.471	20.053
Total	<u>34.109</u>	<u>28.556</u>	<u>34.109</u>	<u>28.556</u>

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Contribuição social diferida	(7.608)	(8.387)	(10.251)	(11.042)
Imposto de renda diferido	(21.135)	(23.295)	(26.031)	(28.212)
Total	(28.743)	(31.682)	(36.282)	(39.254)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
<u>Corrente</u>				
Contribuição social	(5.435)	(6.617)	(7.313)	(8.046)
Imposto de renda	(15.314)	(20.292)	(20.421)	(24.190)
	(20.749)	(26.909)	(27.734)	(32.236)
<u>Diferido</u>				
Contribuição social	2.913	(4.271)	2.913	(4.271)
Imposto de renda	5.579	(13.689)	5.579	(13.689)
	8.492	(17.960)	8.492	(17.960)
	(12.257)	(44.869)	(19.242)	(50.196)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	43.001	76.698	56.427	88.614
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	6.441	6.591
	43.001	76.698	62.868	95.205
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	(14.620)	(26.077)	(21.375)	(32.370)
Exclusões (adições) permanentes	2.533	1.011	2.533	1.011
Exclusões (adições) temporárias	(4.629)	(15.375)	(4.629)	(15.375)
Efeito tributação em controlada	-	-	(230)	966
Outros	4.459	(4.428)	4.459	(4.428)
	(12.257)	(44.869)	(19.242)	(50.196)

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos 2022:13%, 2023:13%, 2024:13%, 2025:13%, 2026:13% e o restante 35%, nos próximos 3 anos.

A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Subvenções para Investimentos

A companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registra o montante de R\$70.937 (R\$53.203 em 2020).

Os valores registrados no período são transferidos para a conta "Subvenção para investimentos", em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

e) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro Líquido do exercício	30.744	31.829
Reserva legal	<u>(1.537)</u>	<u>(1.591)</u>
Lucro líquido para cálculo de dividendos	<u>29.207</u>	<u>30.238</u>
Dividendos propostos – 30%	<u>8.762</u>	<u>9.071</u>

18. GASTOS OPERACIONAIS

<u>Por função:</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custos dos produtos	(1.603.890)	(1.135.668)	(1.605.302)	(1.136.035)
Despesas com vendas	(174.274)	(174.039)	(174.274)	(174.039)
Despesas gerais e administrativas	(106.843)	(114.562)	(139.112)	(136.698)
Outras receitas/ despesas	(827)	520	(373)	137
	<u>(1.885.834)</u>	<u>(1.423.749)</u>	<u>(1.919.061)</u>	<u>(1.446.635)</u>
<u>Por natureza:</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>

Depreciações e amortizações	(16.800)	(16.491)	(17.153)	(16.709)
Despesas com pessoal	(103.356)	(99.304)	(114.841)	(109.512)
Matérias primas e materiais	(1.361.178)	(917.049)	(1.362.605)	(917.416)
Fretes	(92.303)	(94.748)	(92.303)	(94.748)
Outras	(312.197)	(296.157)	(332.159)	(308.250)
	<u>(1.885.834)</u>	<u>(1.423.749)</u>	<u>(1.919.061)</u>	<u>(1.446.635)</u>

No exercício findo em 31.12.2021, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$16.222 -(R\$20.798 em 31.12.2020), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

19. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2022
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho/2022

Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho/2022
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho/2022
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Março/2022
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Março/2022
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Março/2022

20. TRIBUTOS PARCELADOS

	<u>Controladora e consolidado</u>	
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
PRR (FUNRURAL)	4.979	3.837
PERT (IRPJ e CSLL)	462	475
Total do circulante	5.441	4.312
<u>Passivo não circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	26.115	31.769
PERT (IRPJ e CSLL)	2.655	3.089
Total do não circulante	28.770	34.858
	<u>34.211</u>	<u>39.170</u>

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2021, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$180.000.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para contingências	20.006	18.929	21.432	20.355
(-) Depósitos judiciais	(2.662)	(2.662)	(4.088)	(4.088)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	<u>17.344</u>	<u>16.267</u>	<u>17.344</u>	<u>16.267</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Adures de Oliveira
(Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice-Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
Jorge Alberto Zugno

Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor-Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas
JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Obrigações financeiras

Porque é um PAA:

Em 31 de dezembro de 2021, conforme descrito na nota explicativa 13, as demonstrações financeiras consolidadas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações incluem R\$1.154.417 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$484.925 mil e R\$669.492 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 80% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos

consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$ 180.721mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Outros Assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, com emissão de Relatório dos Auditores Independentes, datado de 19 de março de 2021, sem modificação de opinião.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 16 de março de 2022.

Aderbal Alfonso Hoppe

Contador - CRCSC nº 020036-0-8 T-RS

Taticca Auditores Independentes S.S.

CRC 2 SP-032267/O-1

CVM 12.220

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordaram com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, RS, 16 de março de 2022.

Luciano Adures de Oliveira

(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

(Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores)

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Josapar - Joaquim Oliveira S/A Participações, abaixo assinados, declaram que, revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo às Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício social findo 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, RS, 16 de março de 2022.

Luciano Adures de Oliveira

(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior

(Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores)